



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº	0008751-74.2013.8.17.0000 (0312343-7)
COMARCA:	AGRESTINA
VARA:	ÚNICA
IMPETRANTE:	GOLBERY LOPES LINS
PACIENTE:	JOSÉ HORLANDO BEZERRA DA SILVA
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA:	DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PORTE DE ARMA. DESPROPORCIONALIDADE DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. IMPOSSIBILIDADE DE PREVISÃO DA PENA E DO REGIME CORRESPONDENTE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPROCEDÊNCIA. NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO DELITIVA. ASSEGURAMENTO DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. RESISTÊNCIA À PRISÃO E FUGA. PENA MÁXIMA NÃO SUPERIOR A 04 (QUATRO) ANOS. POSSIBILIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE COAÇÃO ILEGAL. ORDEM DENEGADA À UNANIMIDADE.

I – Não se pode considerar desproporcional a custódia cautelar, haja vista ser impossível, no estágio atual, e muito mais na estreita via do *habeas corpus*, antever a sanção a ser aplicada e o regime a ela adequado, o que somente a conclusão da instrução criminal poderá revelar.

II – A prisão preventiva do Paciente encontra-se devidamente justificada para garantir a ordem pública, diante de sua periculosidade concreta, demonstrada por notícias de seu envolvimento em homicídio na Comarca de Cupira, o que denota ser a medida de constrição recomendável, até porque, uma vez solto, pode encontrar os mesmos estímulos para

Anjff



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



voltar a delinquir. Não se pode olvidar, ainda, que se trata de Paciente que empreendeu fuga ao ser abordado pelos policiais militares, indicando a possibilidade de se furtar da Justiça, devendo, por isso, a sua segregação também ser mantida a fim de assegurar a aplicação da lei penal. Por outro lado, incabível qualquer medida cautelar diversa da prisão ou concessão de liberdade provisória sem arbitramento de fiança, pois devidamente justificada a prisão preventiva do Paciente, nos termos do art. 312 do CPP.

III – O conteúdo do art. 313, inciso I, do Código de Processo Penal, não deve ser interpretado de forma cega e irrestrita, sendo possível a decretação da custódia cautelar sempre que outra medida não se mostrar suficiente, como na hipótese dos autos, haja vista o fundado receio de reiteração delitiva.

IV – Eventuais condições subjetivas favoráveis, consoante alegadas, são irrelevantes, quando presente os requisitos autorizadores da medida de exceção. Inteligência da Súmula nº 86/TJPE.

V – Ordem denegada à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº 0008751-74.2013.8.17.0000 (0312343-7), no qual figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 25 de setembro de 2013.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator

Anjf



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº	0008751-74.2013.8.17.0000 (0312343-7)
COMARCA:	AGRESTINA
VARA:	ÚNICA
IMPETRANTE:	GOLBERY LOPES LINS
PACIENTE:	JOSÉ HORLANDO BEZERRA DA SILVA
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA:	DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Golbery Lopes Lins, advogado, impetra o presente *habeas corpus* liberatório, com requerimento de concessão de medida liminar, em favor do Paciente **José Horlando Bezerra da Silva**, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Agrestina, em face do processo nº 0000466-90.2013.8.17.0130.

Consta dos autos que o Paciente, juntamente com terceiro, foi preso em flagrante delito no dia 09/07/2013, por volta das 23:30 horas, portando um revólver, calibre 32, marca "Taurus", nº de série 585874, tambor com capacidade para 06 (seis) munições, municiado com 06 (seis) projéteis, sendo 02 (dois) pinados, e, posteriormente, denunciado como incurso nas penas do art. 14 da Lei nº 10.826/2003¹ (denúncia às fls. 23/27).

¹ Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



Sustenta que o delegado estipulou fiança no valor de R\$ 13.560,00 (treze mil e quinhentos e sessenta reais), sendo que, em razão de sua situação financeira, o pagamento não foi realizado, estando segregado até a presente data.

Aduz que ele está sofrendo constrangimento ilegal pelos seguintes motivos: a) por ser inoportuna a prisão do Paciente, tendo em vista que, quando do final do processo, em caso de condenação, seria ele beneficiado com execução menos gravosa, o que fere o princípio da proporcionalidade; b) por decreto preventivo sem o devido fundamento, porquanto ausentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, limitando-se tal decisão na gravidade do delito e na aplicação da lei penal, fatos esses que não inviabilizam a concessão de sua liberdade provisória; c) por ser o delito a que responde punido com pena de reclusão de até 4 (quatro) anos, o que já autorizaria, por si só, a sua liberdade; e d) condições subjetivas favoráveis como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita.

O pedido de liminar foi indeferido às **fls. 134/135**.

Informações do Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Agrestina, às **fls. 141/143**.

acessório ou munição de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável, salvo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

A Procuradora de Justiça, em matéria criminal, **Dra. Eleonora de Souza Luna**, opina, às fls. **147/149**, pela denegação da ordem requerida.

É, em resumo, o relatório.

Recife, 25 de setembro de 2013.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº	0008751-74.2013.8.17.0000 (0312343-7)
COMARCA:	AGRESTINA
VARA:	ÚNICA
IMPETRANTE:	GOLBERY LOPES LINS
PACIENTE:	JOSÉ HORLANDO BEZERRA DA SILVA
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA:	DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Consta da peça acusatória de **fls. 23/27** que o Paciente foi denunciado, juntamente com terceiro, por ter sido flagrado, no dia 09/07/2013, portando uma arma de fogo, um revólver calibre 32, enquanto o outro acusado portava um revólver calibre 38. Narra a denúncia que tal prisão ocorreu após rondas ostensivas de rotina realizadas pela polícia militar na BR – 104. Os policiais militares, que ali se encontravam, ao avistarem dois indivíduos em motocicleta Honda/Twister, placa de São Paulo, trajando ambos roupas escuras, decidiram parar o veículo com sinais sonoros da viatura. Contudo, o Paciente e o outro denunciado, ao perceberem a presença dos policiais, empreenderam fuga em direção ao centro da Cidade de Agrestina, não atendendo a ordem de parada. E, após rápida perseguição, foram detidos pelos policiais portando as duas armas acima descritas.

Pois bem.

Não merece guarida a alegação de que a prisão cautelar do Paciente fere o princípio da proporcionalidade, embasada no fato de que

Anj

4



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

uma eventual sentença condenatória imporia ao Paciente uma execução de pena menos gravosa. Isso porque não é possível, no estágio atual, e muito menos na estreita via do *habeas corpus*, antever a sanção a ser aplicada, o que se definirá apenas com a conclusão da instrução criminal. Segundo o art. 33, § 3º, do Código Penal, a determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP, as quais serão devidamente sopesadas até o término da instrução.

Quanto à insurgência da defesa acerca da prisão preventiva do Paciente, diante da inocorrência de seus motivos autorizadores, não merece prosperar. Como bem ressaltou o Magistrado de 1ª Instância, em sua decisão, conforme se vê às **fls. 108/109**, ratificada às **fls. 125/127**, a prisão preventiva se justifica como garantia da ordem pública, **"ante a possibilidade de que continue cometendo novos delitos e desrespeitando as leis penais"**, bem como a fim de assegurar a aplicação da lei penal.

Vejamos excerto do *decisum*:

"(...) Quanto à circunstância de assegurar a aplicação da lei penal, temos a necessidade de encarcerar os Indiciados, para que, em caso de condenação, seja garantida a futura execução da pena. Consta nestes autos notícia (das testemunhas e dos próprios réus) DE QUE OS INDICIADOS EMPREENDERAM FUGA, SÓ NÃO CONSEGUINDO SE EVADIR DO DISTRITO DA CULPA EM FACE DA INTERVENÇÃO POLICIAL QUE OS "TRANCOU"

Anjf

5
CT



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

para enfim, conseguir efetuar a abordagem policial. Forçoso é reconhecer a pouca probabilidade de que tais Indiciados compareçam aos atos de processo, colaborando com a justiça. Assim, impõe-se a prisão para que torne possível a persecução criminal e a aplicação da pena, assegurando-se o mínimo de tranquilidade e paz social. No tocante à situação processual dos Incretados, entendo que a prisão preventiva é meio necessário para garantir a utilidade do provimento final, tendo em vista a periculosidade dos réus e de restarem as condições previstas no art. 312 do CPP para a decretação cautelar do Autuado, quais sejam: *'fumus boni iuris'* (indícios de autoria e materialidade) e *'periculum in libertatis'*."

Cabe salientar, conforme se vê à **fls. 56/57**, que o Paciente é reincidente em práticas criminosas, respondendo, em comarca diversa - Cupira, por delito de homicídio, praticado no dia 06/01/2012, tendo como vítima Cláudio José da Silva Ferreira. E, ainda, como bem ressaltou a procuradora criminal, às **fls. 147/149**, o corréu, com quem o Paciente estava na motocicleta e que também foi preso, responde por delito de roubo, cometido em 26/01/2012, na Comarca de Catende (fl. 55), **"o que torna mais suspeito o porte de arma de fogo"**.

Assim, presentes os indícios suficientes da autoria delitiva e comprovada a materialidade, a sua segregação revela-se salutar, como bem asseverou a instância singela, até porque há possibilidade de que, uma vez solto, encontre os mesmos estímulos para voltar a delinquir e



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

perturbar a ordem pública, especialmente porque se trata de Paciente que responde também por delito de homicídio em comarca diversa.

Por oportuno, trago à colação julgado do STJ, vejamos:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PRISÃO EM FLAGRANTE. EXCESSO DE PRAZO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA. PERDA DE OBJETO. NEGATIVA DA LIBERDADE PROVISÓRIA. FUNDAMENTAÇÃO. PERICULOSIDADE DO PACIENTE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA.

1. Encerrada a instrução criminal e proferida sentença penal condenatória, eventual constrangimento ilegal, consubstanciado no excesso de prazo da custódia cautelar, encontra-se superado.
2. **A manutenção da custódia cautelar do acusado está justificada satisfatoriamente na garantia da ordem pública, pois os autos retratam, com elementos concretos, a possibilidade de reiteração na prática do delito, bem como a periculosidade do réu, reincidente em crimes da mesma natureza e que responde a processo por crime contra a vida.**
3. Não se reconhece a possibilidade de recorrer em liberdade ao réu que permaneceu, ou deveria ter permanecido, preso durante toda a instância ordinária, em razão do entendimento "de que não há lógica em permitir que o réu, preso preventivamente durante toda a instrução criminal, aguarde em liberdade o trânsito em julgado da causa, se mantidos os motivos da segregação cautelar" (STF – HC 89.824/MS, 1.ª Turma, Rel. Min. CARLOS BRITTO, DJ de 28/08/08).
4. *Habeas corpus* denegado. (HC 166119 / PE/ Ministra LAURITA VAZ/5ªT./D.J. 27/03/2012/Data da Publicação/Fonte DJe 03/04/2012)

Não se pode olvidar, ainda, que se trata de Paciente que empreendeu fuga ao ser abordado pelos policiais militares, indicando a possibilidade de se furtar da Justiça, devendo, por isso, a sua segregação também ser mantida a fim de assegurar a aplicação da lei penal.

Anjif



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



A respeito do tema, julgado do STJ:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO-CABIMENTO. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: MATÉRIA DE DIREITO ESTRITO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO DESTA CORTE, EM CONSONÂNCIA COM O DO PRETÓRIO EXCELSO. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. DIVERSIDADE DE DROGAS. APREENSÃO DE APETRECHOS E INSUMOS PRÓPRIOS DO TRÁFICO. **APLICAÇÃO DA LEI PENAL. RESISTÊNCIA À PRISÃO E FUGA DO LOCAL DO CRIME. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA DEVIDAMENTE DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO WRIT. ORDEM DE HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDA.**

(...) 5. A custódia cautelar é necessária também para assegurar a aplicação da lei penal, pois a fuga do Paciente do local do crime evidencia sua intenção de furtar-se à persecução criminal do Estado. De fato, o Acusado, ao ser abordado pelos policiais militares, reagiu à prisão, evadindo-se para um matagal. Contudo, foi preso, logo em seguida, escondido em uma residência da vizinhança. Precedentes. (...)

(HC 252645 / MG Ministra LAURITA VAZ/ T5/ Data do Julgamento 03/09/2013/ DJe 11/09/2013)

Isso posto, não há que se falar em aplicação de medida cautelar diversa da prisão preventiva, nem na concessão da liberdade provisória do Paciente sem fiança, diante da necessidade e adequação da medida de exceção, a qual foi justificada pelo Juízo de 1º grau, conforme acima descrito.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



Em relação à alegação de que o crime em questão não comporta prisão preventiva por ter pena máxima não superior a 04 (quatro) anos, entendo que o conteúdo do art. 313, inciso I, do Código de Processo Penal², não deve ser interpretado de forma cega e irrestrita, sendo possível, ao meu sentir, a decretação da custódia cautelar sempre que outra medida não se mostrar suficiente, como na hipótese dos autos, haja vista o fundado receio de reiteração delitiva.

Em sentido semelhante, assim se pronunciou o eminente Min. Og Fernandes em decisão proferida no HC 216132/MG:

"Em um exame perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da medida de urgência, porquanto os motivos expostos no acórdão impugnado mostram-se, em princípio, suficientes para justificar a prisão do paciente, que permaneceu em lugar incerto e não sabido por razoável período de tempo.

Ademais, como bem ressaltou o Tribunal de origem, a prisão preventiva pode ser decretada independentemente da pena máxima cominada ao crime, quando não se mostrarem efetivas as medidas cautelares do art. 319 do Código de Processo Penal, nos termos do art. 312, parágrafo único, do mesmo diploma legal (com a redação dada pela Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011)." (grifos nossos)

Por outro lado, eventuais condições subjetivas favoráveis alegadas, não elidem, por si sós, a custódia cautelar, quando presentes os requisitos autorizadores da medida, no presente caso como garantia

² Art. 313. Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva:
I - nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



da ordem pública e a fim de assegurar a aplicação da lei penal, sendo salutar mantê-lo preso preventivamente, em consonância com o entendimento consolidado na Súmula 86 deste Tribunal de Justiça³.

Ante as considerações expostas, considero não haver qualquer ilegalidade ou abuso de poder que justifique a concessão do presente remédio constitucional, pelo que **voto denegando a ordem.**

Recife, 25 de setembro de 2013.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator

³ **Súmula 86.** As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva.